CPMI

Comissão aprova a convocação do ex-ministro da Justiça Anderson Torres e do ex-ajudante de ordens Mauro Cid, que devem depor na semana que vem. Braga Netto e Augusto Heleno também serão chamados. Dino e Gonçalves Dias são blindados

Governo impõe derrotas a Bolsonaro

» TAÍSA MEDEIROS

O governo mostrou força na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os atos golpistas de 8 de janeiro e conseguiu aprovar a convocação de nomes ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, evitou que seus integrantes e ex-membros fossem chamados a depor.

Entre os que serão convocados inicialmente estão o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres e o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Os dois são suspeitos de envolvimento em tramas golpistas. Na casa de Torres, a Polícia Federal encontrou uma minuta que previa a instauração de estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para anular o resultado das eleições presidenciais. Já no celular do militar havia um rascunho de decreto de Garantia da Lei e da Ordem, que permite ao presidente convocar intervenção das Forças Armadas, e planos para decretação de estado de defesa.

A relatora da CPMI, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), defendeu que os dois sejam os primeiros a depor. "O plano de trabalho será seguido a partir dos requerimentos que foram aprovados. Acredito que nós devemos ouvir, na semana que vem, Torres e Mauro Cid. Vejo que a gente precisa iniciar por eles", enfatizou.

O colegiado apreciou, ontem, 223 requerimentos em três blocos de votação, que totalizaram 35 oitivas de pessoas na condição de testemunhas. Além de Torres e Cid, serão chamados Braga Netto, ex-ministro da Defesa do governo Bolsonaro; Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); general Dutra, ex-chefe do Comando Militar do Planalto; e Jorge Eduardo Naime Barreto, coronel responsável pelo Departamento Operacional da Polícia Militar do DF.

Como pretendido pelo governo, foi rejeitado o requerimento para a convocação do ex-ministro-chefe do GSI na gestão Lula, Gonçalves Dias, e do ministro da Justiça, Flávio Dino. A comissão também refutou ouvir Ricardo Cappelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça e ex-interventor federal na segurança pública do DF; e Saulo Moura Cunha, ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nomeado pelo atual governo.

Crítica

Em nota, o presidente da comissão, deputado Arthur Maia (União-BA), criticou a aprovação apenas de pedidos da base do governo. "Como presidente da CPMI, sou responsável por pautar os requerimentos, mas quem decide pela aprovação ou rejeição é o plenário. Registro que considero ruim para a credibilidade dos trabalhos a rejeição de requerimentos para ouvir pessoas que estão no centro dos episódios de 8/1", protestou.

Ante o clima hostil nas votações, Eliziane Gama avisou, ao fim da sessão: "Não vou me intimidar por quem quer que seja. Vou continuar firme no meu objetivo. Apresentarei, ao final desta comissão, um relatório justo, que fará a transcrição do que realmente ocorreu. Quero rechaçar a posição de alguns parlamentares que tentam colocar em xeque minha postura".

Na mira da CPMI

Minervino J?nior/CB/D.A Press



Anderson Torres
O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF tinha em casa uma minuta golpista. O rascunho, apreendido pela PF, previa uma intervenção no TSE para anular o resultado da eleição. É investigado no inquérito que apura os ataques 8/1 e há suspeita de omissão e conivência com os radicais.

Reprodução/Redes sociais



Mauro Cid
A PF encontrou mensagens com planos golpistas no celular do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Havia, ainda, um rascunho de decreto de GLO, que permite ao presidente convocar uma intervenção das Forças Armadas.

José Cruz/Agência Brasil



Gonçalves Dias
O ex-ministro do GSI deixou o governo Lula após a divulgação de imagens do Planalto nas quais aparece indicando a saída do prédio para invasores no 8/1. A convocação dele foi negada ontem, mas pode ser considerada necessária posteriormente.

Celular do ex-presidente

A CPMI dos atos golpistas apertou o cerco, ontem, contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao aprovar o requerimento para ter acesso a dados extraídos pela Polícia Federal (PF) de seu celular. Em outro documento aprovado em bloco, os deputados e senadores conseguiram acesso às informações contidas nos celulares de Mauro Cid e Ailton Barros, que discutiram a aplicação de um golpe em trocas de mensagens após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os dois requerimentos foram apresentados pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). O parlamentar solicitou ao diretor-geral da PF, Andrei Passos, os dados obtidos pela corporação por meio da Operação Venire, que investiga fraudes nos cartões de vacinação da família Bolsonaro.

Os parlamentares de oposição chegaram a cobrar que o requerimento fosse indeferido por, segundo eles, desviar do objeto de investigação da CPMI. O presidente da comissão, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), porém, negou o pedido. A proposta foi aprovada por 20 votos a 11 na análise em bloco de diversos documentos.

"Não é de maneira alguma um requerimento para tratar de cartão de vacinação. O que o senador está requerendo são as informações contidas no celular do Mauro Cid, que, segundo a imprensa, tem ligação com o que estamos investigando nesta CPMI", argumentou Maia em resposta às queixas da oposição.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Muda tudo no cenário político caso Bolsonaro fique inelegível

O julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi marcado pelo ministro Alexandre de Moraes para o próximo dia 22. Movida pelo PDT, trata-se de uma ação por abuso de poder político e econômico ao realizar uma reunião com embaixadores, em julho do ano passado, e atacar o processo eleitoral brasileiro. Caso seja condenado, o que é provável, devido à evidência dos fatos em confronto com a legislação eleitoral vigente, Bolsonaro estará impedido de disputar quaisquer cargos eletivos, inclusive a Presidência da República em 2026. Isso mudará tudo no cenário político nacional.

O julgamento deve ser concluído ainda neste mês, antes do recesso no Judiciário. Durante o encontro com os embaixadores, no Palácio da Alvorada, Bolsonaro questionou a segurança do sistema eleitoral e apontou risco de fraude nas eleições, sem apresentar provas. Além disso, ele é alvo de 16 investigações no TSE. Sua condenação terá forte impacto no ambiente político do país, porque tira de cena o principal protagonista da extrema direita, que hegemoniza a oposição. Esse espaço político tende a ser ocupado por outra liderança de direita. O conservadorismo continua sendo a força predominante na oposição, na qual emergem novas lideranças, com destaque para os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); Minas, Romeu Zema (Novo); e Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

A diferença entre o reacionarismo de extrema direita e o conservadorismo precisa ser levada em conta. O espírito reacionário invoca o passado para nele viver sem transformações, o que é muito diferente da atitude do conservador, que tem o passado e suas tradições como referência, mas busca agir no presente e construir o futuro à sua feição. A luta para salvar um passado idílico e imaginário, como a dos saudosistas do regime militar, em 8 de janeiro, é uma decorrência das dificuldades para conviver com as mudanças do nosso tempo, diante da globalização e do multiculturalismo, com suas pautas identitárias. Entretanto, tornou-se um problema "moderno" e mundial. A direita avança no mundo.

O pensamento conservador, mesmo de viés autoritário, tem um projeto de modernização pelo alto, que busca acompanhar as mudanças a qualquer preço, desconsiderando seus custos sociais. Tem um caráter mais pragmático do que ideológico, que seduz os setores da sociedade que buscam soluções individuais para os seus problemas, sem levar em conta o contexto geral de progresso e o bem-estar da sociedade, que são fatores de sucesso mais amplo, mesmo para o empreendedorismo. Com a desestruturação das classes sociais na modernidade pós-industrial, esses setores buscam uma nova identidade e são a base natural para o surgimento de uma nova direita.

De certa forma, a derrota eleitoral de Bolsonaro no ano passado e seu possível alijamento da disputa de 2026 já estão fomentando o surgimento de lideranças de direita mais esclarecidas e moderadas, capazes de conquistar um eleitorado que ficará órfão. Ou seja, a direita não morre com a ilegibilidade de Bolsonaro, ela pode até se renovar, no leito do antipetismo ainda majoritário na sociedade, com a emergência de uma nova geração de políticos conservadores, no vácuo eleitoral do bolsonarismo.

Foro de São Paulo

É aí que mora o perigo para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao não perceber que a emulação sistemática com os setores de centro, ao mesmo tempo em que deles precisa para ter sustentação social e política, tende a isolar ainda mais o PT e a fragilizar sua relação com os demais partidos que dão sustentação ao governo no Congresso. Lula tenta implementar uma agenda nacional-desenvolvimentista que pode até dar algumas respostas imediatas para a economia, mas não é a ultrapassagem para a nova economia e sua integração nas novas cadeias globais de valor. As dificuldades para fechar o acordo comercial com a União Europeia, nesse aspecto, são preocupantes, mesmo com o desconto de que o lobby agrícola europeu cria dificuldades em razão do temor à concorrência do nosso agronegócio.

Para o PT, o governo Lula está em disputa com o centro. A realização da reunião do Foro de São Paulo, entre 29 de junho e 2 de julho, com representantes de 23 países, tende a reforçar essa tendência. Não pelo encontro em si, pois é legítimo que os partidos de esquerda se encontrem, mas pelo rumo político que se pretenda adotar. Criado em 1990, pelos partidos de esquerda da América Latina, no poder em 10 países, comparecerão ao evento delegações de México, Colômbia, Venezuela, Cuba, Nicarágua, China, Índia, Rússia, Belarus, Chile, Argentina, Equador, Bolívia, Peru, Alemanha, Turquia, Espanha (deve vir o primeiro-ministro), Portugal, França, EUA (secretária de Estado), Irã e Arábia Saudita. Nesse aspecto, a intervenção do presidente Lula no evento pode ser um divisor de águas para seu governo e a esquerda latino-americana. Tudo dependerá da política que preconizar para a América Latina. Se for um "aggiornamento", aí, sim, será um fator novo, mas é pouco provável.

O outro lado dessa moeda são os sinais positivos de que a inflação está em queda constante, o que reforça a tendência de redução de juros, cujo patamar freia a economia. As projeções do Boletim Focus para a inflação de 2024 e 2025 estão em 4% e 3,9%, o que é uma excelente notícia para o governo Lula.